DECRETO Nº 4818 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO DE CONTENÇÃO DE GASTOS, DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Sete Lagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 102 e observada a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, no que se refere às normas que possibilitam encerrar em tempo hábil o exercício financeiro de 2013; Considerando a necessidade de programar e adequar as contas públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão de Gastos do Município de Sete Lagoas com a seguinte representatividade:

I - Kátia Maria Teixeira Nogueira, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia;

II - João Augusto Lanza, representante da Controladoria Geral do Município;

III - Carlos Alberto Coelho, representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Todas as requisições de compras e serviços em caráter urgente, de interesse da administração direta, deverão ser submetidas à Comissão instituída no artigo anterior para conferência, autorização ou desautorização do gasto pretendido.

Art. 3º Os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquia, Fundações Públicas e Fundos, como também o Poder Legislativo, participantes da execução orçamentária municipal, observarão as seguintes datas limites para fins do processamento das despesas relativas a todas as fontes de recursos alocadas no Orçamento Fiscal do Município:

I - até 11/12/2013 para anulação das Notas de Empenho emitidas no ano em curso (ordinários, globais ou estimativos), cujas despesas não tenham sido efetivadas ou reconhecidas no decorrer do exercício vigente;

II - até 11/12/2013 os ordenadores de despesas deverão rever os saldos de notas de empenhos estimativos, globais e ordinários sob seu controle, com vistas ao cancelado junto à Gerência de Contabilidade, sendo que o não manifesto expresso pelo ordenador da despesa, ficará entendido como autorizado o devido cancelamento a partir de 13 de dezembro de 2013;

III - até 11/12/2013 os responsáveis por suprimentos de Fundos, sob pena de responsabilidade na forma da Lei, independente do prazo de aplicação previsto no ato da concessão, deverão observar as normas específicas que regem a matéria e adotar os procedimentos e datas limites estabelecidos neste Decreto;

IV - até 30/11/2013 para o levantamento e envio de informações pelo Departamento de Licitações e Compras à CGM - Controladoria Geral do Município de todos os processos em trâmite com recursos ordinários, que após análise financeira dos mesmos, deverá a Comissão posicionar acerca de sua continuidade ou não, sendo que os casos em que a continuidade seja suspensa serão comunicados ao Consultor de Licitações para o devido cancelamento ou anulação no que couber;

V - até 14/12/2013 para encaminhamento pela Secretaria Municipal de Administração da Folha de Salários referente à competência de 13º salário e dezembro/2013, visando o devido empenhamento;

VI - até 14/12/2013 para encaminhamento pela FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante e FMS - Fundo Municipal de Saúde, da provisão financeira da folha de salários referente à competência de 13º salário e dezembro/2013 à CGM, visando à análise da programação orçamentária e financeira;

VII - até 19/12/2013 para a prestação de suprimentos de fundos, bem como devolução do saldo financeiro não aplicado;

VIII - até 19/12/2013 a Gerência de Contabilidade procederá à liberação de todos os bloqueios orçamentários referentes aos processos analisados com fins de atendimento a insuficiências orçamentárias;

IX - até 31/12/2013 para o fechamento contábil, financeiro e orçamentário em todas as entidades da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional, visando à consolidação das contas e geração de relatórios aos órgãos de controle externo.

Art. 4º Toda despesa legalmente empenhada, cuja prestação de serviço, entrega de material/equipamento ou execução de obra tenha ocorrido, parcial ou integralmente no exercício, deverá ser paga no próprio exercício, ou, se inscrita em Restos a Pagar, deverá atender às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º Será vedada a inscrição em Restos a Pagar das despesas com diárias, bem como de qualquer despesa cuja prestação de serviço, entrega de material/equipamento ou execução de obra que não se concretize até o encerramento do exercício.

§ 2º A análise e consideração das subsistências, ou não, dos saldos de empenho de que tratam o caput deste artigo são de competência exclusiva do Ordenador de Despesa, cabendo-lhe a responsabilidade pela inobservância de tais procedimentos, sujeitando-se às cominações legais.

Art. 5º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para elaboração e encaminhamento de Balancetes e Balanços para a devida consolidação:

I - até 13/02/2014 para disponibilizar os dados da receita orçamentária no intuito de se apurar a Receita Corrente Líquida, conforme determina o inciso IV do art. 2º da Lei Federal Complementar nº 101 de 04 de março de 2000 e apuração do resultado de déficit ou superávit Primário e Nominal;

II - até 13/02/2014 para emitir balanços e anexos previstos na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, relatórios que servirão de base para os processos de prestação de contas dos órgãos e entidades junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

III - até 20/02/2014 para encaminhar balanços do exercício de 2013 pelo Órgão de Contabilidade da Administração Direta do Poder Executivo, da Autarquia, Fundos e Fundações Públicas, para a Controladoria Geral do Município, de acordo com modelos estabelecidos pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 6º A SELTUR, a COHASA e a CODESEL, sociedades de economia mista do Município, deverão encaminhar à Controladoria Geral do Município, por meio de ofício, impreterivelmente, até dia 20 de fevereiro de 2014, demonstrativo da composição do patrimônio líquido, posição em 31 de dezembro de 2013, juntamente com a cópia do Balanço e Balancete de 2012 e 2013.

Art. 7º A Secretaria Municipal da Fazenda, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia e a

Controladoria Geral do Município poderão constituir grupos de trabalhos técnicos com o objetivo de promover a análise, avaliação e consistência de Balancetes e Balanço, de dívida flutuante e consolidada e dos saldos financeiros dos valores em tesouraria da Administração Direta, Poder Legislativo, Autarquia, Fundos e Fundações Públicas, visando à consolidação geral dos mesmos.

Art. 8º Os lançamentos de encerramento do exercício, os balanços, anexos e demonstrativos dos órgãos integrantes do Orçamento Fiscal do Município serão realizados e processados automaticamente pelo Sistema Contábil de Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

Parágrafo Único - O processamento automático não exime a responsabilidade dos dirigentes, ordenadores de despesa e contadores quanto aos resultados apurados nos balanços, relatórios e demonstrativos contábeis.

Art. 9º Fica a cargo da Controladoria Geral do Município a análise final da execução orçamentária e financeira do exercício de 2013.

Art. 10 Até 20/02/2014, a Administração Direta e Indireta disponibilizará os saldos das contas bancárias de recursos vinculados e dos convênios em execução em 31 de dezembro de 2013, considerando os restos a pagar, para fins de reprogramação na Lei Orçamentária de 2014.

Art. 11 Até 20/02/2014 a Administração Direta e Indireta informará à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia a apuração de superávit financeiro nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, de recursos ordinários, para fins de reprogramação na Lei Orçamentária de 2014.

Art. 12 A Controladoria Geral do Município, se considerar necessário, poderá baixar instruções complementares para o fiel cumprimento deste Decreto, podendo para isto, fixar outros prazos tecnicamente necessários ao encerramento do exercício, desde que observados as datas limites previstas no art. 5º deste Decreto.

Art. 13 A partir da publicação deste Decreto e até a entrega dos Balanços Gerais e da prestação de contas dos órgãos e entidades junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, auditoria, controle interno, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 14 A despesa à conta de receita vinculada somente poderá ser realizada até o limite de sua efetiva arrecadação.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 08 de novembro de 2013.

MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA
Prefeito Municipal

LUIZ ADOLPHO VIDIGAL BORLIDO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

MÁRIO SÉRGIO RIBEIRO DE ARAÚJO
Secretário Municipal da Fazenda

JOÃO AUGUSTO LANZA
Controlador Geral do Município

HELISSON PAIVA ROCHA
Procurador Geral do Município